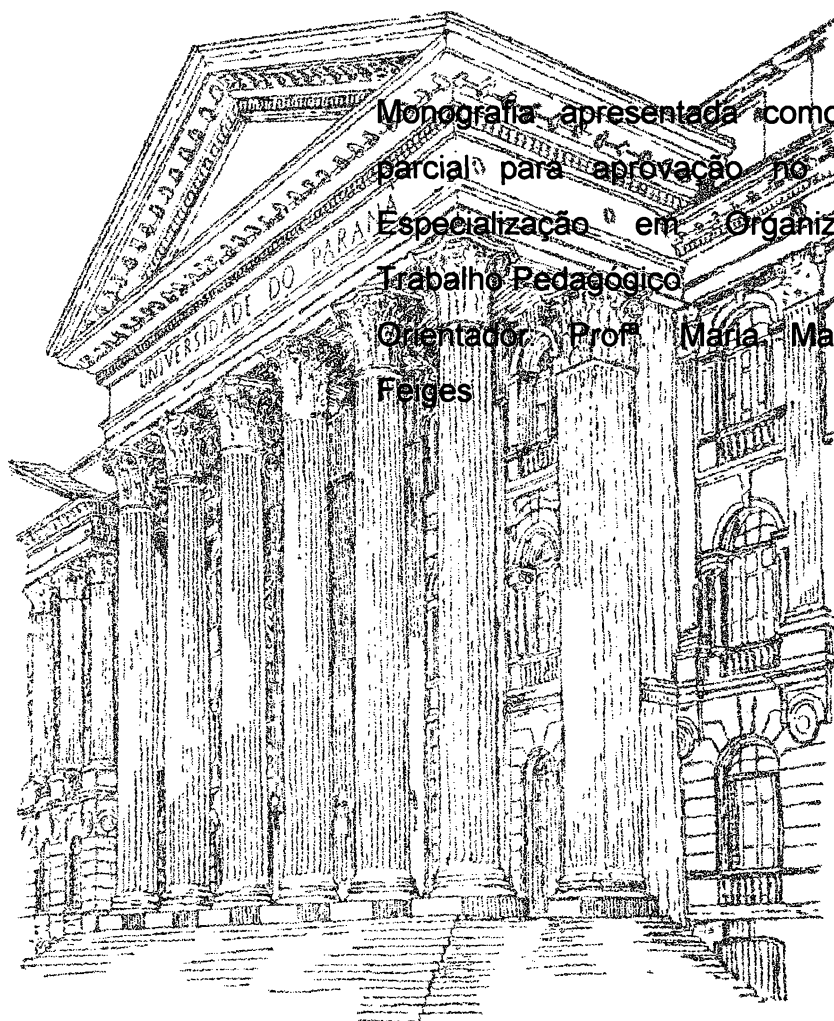


JANE MARIA DIDIER DA SILVA

**CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO DE
EDUCAÇÃO INFANTIL - MODALIDADE BERÇÁRIO: DESAFIOS DE INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**



Monografia apresentada como requisito
parcial para aprovação no Curso de
Especialização em Organização do
Trabalho Pedagógico
Orientador: Pro^{fa} Maria Madselva F.
Feiges

**CURITIBA
2004**

JANE MARIA DIDIER DA SILVA

**CONSTRUÇÃO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO
DE EDUCAÇÃO INFANTIL E BERÇÁRIO: DESAFIOS DE INCLUSÃO
DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia apresentada como requisito
parcial para aprovação no Curso de
Especialização em Organização do
Trabalho Pedagógico, orientadora: Prof^ª.
Maria Madselva F. Feiges

EPÍGRAFE

“ A educação inclusiva se fundamenta na aprendizagem cooperativa e deve garantir a manifestação das diferenças e da diversidade. É uma educação que pratica o princípio de heterogeneidade, ou seja, que organiza e antecipa estratégias para as diferenças apareçam, se manifestem e sejam valorizadas.” Professor Paulo Ross.

AGRADECIMENTOS

Em especial, gratidão à professora e orientadora Madselva pela sua contribuição e argumentações enriquecendo e complementando a monografia. Ao professor Paulo Ross pelas suas aulas que inspiraram o tema. Aos familiares, por toda dedicação e paciência.

RESUMO

Este trabalho apresenta a definição de Projeto Político Pedagógico Inclusivo para crianças com necessidades educacionais especiais em uma classe normal e orientações de como organizá-lo, dando ênfase a Berçário e Educação Infantil.

O presente trabalho é o resultado da investigação sobre as representações presentes no cotidiano de um Centro de Educação Infantil no que se refere a Projeto Político Pedagógico Inclusivo (PPPI) para crianças especiais e normais de berçário , explicitando o significado e a estruturação do Projeto Político Pedagógico Inclusivo como forma de organização do trabalho Pedagógico.

Pretende-se através das análises e discussões abordadas contribuir para reflexões que venham a ser feitas no Centro, na direção de buscar de novas alternativas , mudanças de atitude e transformações no que se refere à prática educacional e valorização das diferenças quanto à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, além de contribuir para auxiliar na elaboração do Projeto Político Pedagógico Inclusivo com a finalidade de explicitar seu significado, sua real importância e sugerir formas de organização do trabalho pedagógico.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	07
AGRADECIMENTOS.....	08
RESUMO.....	09
INTRODUÇÃO	11
1.PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE BERÇÁRIO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
1.1 QUESTÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS.....	15
1.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	18
1.3 FUNÇÃO SOCIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
1.4 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	26
2 ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VIVÊNCIAS PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	28
2.1 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VIVÊNCIAS: LIMITES E POSSIBILIDADES	31
2.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS; A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A DIMENSÃO PEDAGÓGICA E POLÍTICA.....	33
2.3 MODIFICAÇÕES NA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA TORNÁ-LA INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS	36
2.3.1 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL VIVÊNCIAS:AS MODIFICAÇÕES NECESSÁRIAS.....	40
2.3.2 EXPLICITAÇÃO DO PERFIL DO EDUCADOR ESPECIAL	42
2.3.3 BARREIRAS ADMINISTRATIVAS	43
2.3.4 NÍVEIS DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR.....	44
2.3.5 FORMAS ADAPTATIVAS SIMPLES PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	45
2.3.6 FORMAS ADAPTATIVAS MAIS COMPLEXAS QUANDO O ALUNO TEM MAIOR DIFICULDADE E NECESSIDADE ESPECIAL ACENTUADA.....	46
CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico analisa uma discussão sobre um Projeto Político Pedagógico Inclusivo de Educação Infantil, especialmente para berçário, evidenciando os fundamentos teórico-metodológicos do processo de construção coletiva, para a implementação em um Centro adaptado para crianças normais e com necessidades educacionais especiais.

A presente monografia é resultado de um estudo de caso realizado em uma instituição particular - Centro de Educação Infantil Vivências, situado no Bairro Champagnat, oferecendo as seguintes modalidades: Berçário, Maternal, Jardim I,II,III. Este trabalho tem a finalidade de explicitar e propor as modificações do ponto de vista do espaço físico e pedagógico necessários a transformação do berçário, com uma unidade adaptada para crianças com necessidades educacionais especiais, contribuindo assim para uma reflexão sobre a construção de um Projeto Político Pedagógico Inclusivo de Educação Infantil, com ênfase em berçário.

Para efeito deste estudo, tomou-se como referência os documentos legais e a proposta pedagógica para berçário deste Centro elaborado sob minha coordenação juntamente com equipe. A partir disso, as contribuições do Seminário de Educação Especial provocou em mim a intenção de investigar e propor elementos necessários a construção de um Projeto Político Pedagógico Inclusivo para crianças com necessidades educacionais especiais.

A construção teórico-metodológica desta monografia fundamentou-se na revisão de literatura sobre Projeto Político Pedagógico, educação inclusiva, gestão democrática e a, proposta pedagógica. A pesquisa de campo, a pesquisa eletrônica na Internet, a colaboração de professores especialistas, as entrevistas com o Pediatra Augusto Molinari, Arquiteto Ricardo Teixeira para entender os aspectos relativos à segurança nos estabelecimentos adaptados, contribuíram para o levantamento dos dados empíricos que constituem o eixo organizador de uma proposta pedagógica inclusiva.

Dentre todos os profissionais que atuam na educação, o pedagogo é um dos que demonstra grande preocupação com a questão de diagnosticar e orientar atividades educacionais, além de organizar processos educativos relativos à formação continuada de professores. De fato, para se diagnosticar situações educativas é necessário uma investigação com embasamento teórico a fim de observar, apropriar-se, analisar e interpretar certas práticas do contexto do centro de educação infantil para ser capaz de evidenciar e propor as modificações necessárias.

Esta pesquisa articula também a preocupação de professores e pedagogos com o seguinte problema: O Centro Educacional Infantil têm um Projeto Político Pedagógico para garantir a valorização das manifestações e as diferenças e da diversidade de crianças normais e de crianças com necessidades educacionais especiais?

MAZZOTTA (2002,p.36) refere-se a educação inclusiva, afirmando que:

A efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como a educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, para os que a requeiram educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não governamental marcada pela sinergia, que algumas vezes parece ser até enunciada. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

O que se espera conquistar é a ação organizada de um projeto em que o atendimento efetive a educação das crianças com necessidades educacionais especiais e não somente seu convívio social.

Ressalte-se que os argumentos, tal como apresentados, sugerem que essa educação no projeto, não seja assistencialista, porém, comprometida com a possibilidade de desenvolvimento do ser humano.

A construção de um projeto político pedagógico inclusivo pressupõe a participação coletiva (pais, alunos, professores, funcionários, diretores e pedagogos) com a finalidade de compreender as questões relativas à educação inclusiva na Educação Infantil, orientar à prática docente de professores e pedagogos que atuam ou gostariam de trabalhar com crianças de berçário em um escola de educação infantil que atende crianças normais e crianças com necessidades educacionais especiais.

O Projeto Político Pedagógico Inclusivo constitui a identidade de uma escola democrática e de qualidade, definindo uma concepção de homem, sociedade, conhecimento, educação, cultura, ensino, aprendizagem e cidadania.

Desta forma exige-se uma rigorosa formação humana e profissional de todos os profissionais, mas de forma especial da equipe de coordenação para esta tarefa de articular a participação de todos os segmentos da escola.

O projeto é o plano global da instituição com identidade, características próprias, pois é uma proposta de ação para concretizar um sonho, um ideal de educação. Pauta-se pela realização interativa, ou seja, a prática do que foi projetado sob avaliação contínua de todos os segmentos.

O desejo de transformação e aperfeiçoamento é o ponto de partida, a estrada é a intencionalidade e o final do caminho é a ação transformadora.

Fazer um diagnóstico das necessidades e possibilidades de um Centro Educacional Infantil e elaborar uma proposta de ação transformadora implica em compreender as condições para que a educação das crianças com necessidades especiais ocorra.

A concepção de Projeto Político Pedagógico Inclusivo pressupõe: uma análise rigorosa que implica em reformulação, ruptura, transformação, construção coletiva do currículo como instrumento de compreensão do mundo, que possibilita a transformação social, considerando o cunho político pedagógico inclusivo. Nesta perspectiva, o conhecimento constitui um processo de construção permanente; de forma contextualizada e interdisciplinar, cuja avaliação construtiva refere-se também ao sucesso escolar da inclusão.

O Projeto Político Pedagógico Inclusivo requer uma reelaboração do regimento escolar na perspectiva da concepção de gestão democrática, interativa, emancipatória, comprometida socialmente com a inclusão e de qualidade técnica e política, ou seja, uma ação consciente e organizada enquanto construção autônoma, articulação e participação efetiva da comunidade escolar.

O primeiro capítulo deste trabalho contempla o significado e a importância do Projeto Político Pedagógico Inclusivo.

O **segundo capítulo** apresenta uma análise da Proposta Pedagógica para berçário.

Com as modificações da para torná-la inclusiva para crianças com necessidades educacionais especiais apresentando, sugestões de estratégias, adaptações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino, além de esboçar o perfil do educador de crianças com necessidades especiais.

1.PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INCLUSIVO PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE BERÇARIO À EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1. Questões teórico- metodológicas

Faz-se necessário ter bem claro o significado de Projeto Político Pedagógico e de Inclusão, para compreender todo o seu processo de construção.

Entende-se por Projeto Político Pedagógico Inclusivo um plano global de uma escola solidária adaptada às necessidades de todos, em termos de ideal, do sonho possível de escola que se quer colocar em prática.

Por isso, o projeto não é uma construção só do pedagogo, mas de toda equipe escolar, com participação da família para revelar o que se quer da escola.

De acordo com VEIGA (1995,p.50), "o processo de construção do projeto aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ainda é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo."

A respeito disto, a escola tem autonomia para decidir junto com a comunidade escolar, a família e os alunos o que é necessário aprender, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e construindo sua identidade. Assim o ensino considera a educação como processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos a fim de mudar o rumo da mesma, pois,segundo FERREIRA (1975,p16), "No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim projectu, participio passado do verbo projicere, que significa lançar para diante. plano, intento, desígnio."

Para que, o sonho possível do projeto seja realizado, exige-se o suporte teórico e compromisso do professor na efetivação de uma prática dinâmica e competente. A eficiência da ação docente não depende só da consciência crítica da realidade, mas também do instrumental teórico que o professor recebe durante o processo de sua formação que não cessa nunca e, é esse instrumento teórico, fundamentado nos vários campos do conhecimento, que constitui a base do saber fazer pedagógico.

GADOTTI (1994,p.579) refere-se ao projeto como uma ruptura, afirmando que:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores”.

Considerando o projeto como ruptura, busca-se rever o funcionamento da escola, não só quanto a conteúdos, metodologia, atividades , mas também quanto a maneira de tratar o aluno e aos comportamentos que devem ser estimulados, como: a auto- expressão (livre, crítica, criativa e consciente), a auto- valoridade (iniciativa, participação, colaboração) a curiosidade a autonomia na construção do conhecimento(estabelecendo rede de significação interdisciplinar).

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico inclusivo vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, porque é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, conforme afirma Veiga (1995,p.25)

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Além da dimensão política , a dimensão pedagógica apresenta a intencionalidade das ações educativas articuladas ao ideal de escola.O projeto político-pedagógico inclusivo, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias. Neste sentido a educação é um compromisso público e deve superar os interesses individuais e anti-democráticas.

Desse modo, o projeto político-pedagógico inclusivo tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois aspectos: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada é importante ressaltar que o projeto político-pedagógico inclusivo busca a organização do trabalho pedagógico da escola em sua globalidade.

Do ponto de vista conceitual, Projeto Político Pedagógico Inclusivo é o projeto da instituição; implica, como processo, elaboração (expressão de sua identidade, de suas opções, de sua visão e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe) e realização interativa (colocação em prática daquilo que foi projetado acompanhado de avaliação).

O projeto pode ser um suporte para a ação transformadora da instituição que planeja, ser o guia da prática, a identidade em ação da escola.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico Inclusivo, na perspectiva da organização participativa, inicia-se com a construção de um referencial que é uma exigência teórico-metodológica, para se chegar à ação transformadora. A formação continuada dos profissionais da escola não deve limitar-se só aos conteúdos curriculares, mas envolver a escola e suas relações com a sociedade.

Se a democracia envolve a idéia de a participação de todos, a novidade é que seja realmente vivenciada na escola.

A construção do Projeto Político Pedagógico Inclusivo parte de princípios em que a escola é concebida como espaço social em que se valoriza os diferentes seres humanos de diferentes condições, sem distinguir ou priorizar ninguém. Valorizar significa a luta de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. O Projeto Político Pedagógico Inclusivo é um instrumento de luta, assim como é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. Desta forma, é inclusivo não só para as classes populares, como também para as crianças com necessidades especiais, atendendo e adaptando às especificidades de cada caso para sua melhor participação.

1.2 Princípios Norteadores do Projeto Político Pedagógico

Para VEIGA (1995, p.16) os Princípios norteadores do projeto político-pedagógico são: “Igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, a formação continuada e valorização do magistério.”

Explicitando esses princípios podemos apresentar a inclusão no sentido mais abrangente da palavra pois embora a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e qualidade é para todos, e não só para minorias econômicas. Desta forma busca-se qualidade formal no sentido técnico e político.

A Gestão democrática constitui uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão, reprovação e não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico Inclusivo ligado à educação das classes populares, considerando a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionado para uma intencionalidade definida coletivamente.

A valorização do magistério constitui um princípio central na discussão do Projeto Político Pedagógico Inclusivo. Valorizar a experiência e o conhecimento dos professores é tão indispensável quanto a questão salarial.

Outro aspecto indispensável é a formação continuada, que reside no fato de proceder ao levantamento de necessidade de formação em serviço de seus profissionais e elaborar seu programa, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

A noção de inclusão pode ser também um princípio norteador do Projeto Político Pedagógico Inclusivo porque constitui um compromisso com o ser humano e seu processo educativo.

Nesse caso, as escolas podem ser mistas, isto é, com inclusão de crianças com necessidades adicionais, porque a troca de informações entre a criança normal e especial enriquece tanto uma, quanto a outra.

Os professores podem não estar preparados, mas irão buscar preparo através de cursos e formação continuada que não deve ser um treinamento, uma repetição, mas a construção de autonomia da escola.

Só o fato das crianças estarem em contato umas com as outras já é positivo.

Ao contrário do que pensam a maioria, a criança com necessidades não deveria ir para instituições especiais, mas sim participar do grupo normal com acessibilidade e adaptação com acomodações específicas com profissionais bem habilitados .

O currículo integrado e interdisciplinar é uma construção prévia dos professores que é discutido com os pais e alunos, escolhendo uma educação transformadora, define a autonomia da escola. Na perspectiva de uma educação transformadora o conhecimento nunca está pronto, acabado, mas em constante transformação.

O Projeto Político Pedagógico Inclusivo pode expressar sua intencionalidade pedagógica, cultural, profissional através de uma gestão democrática, por meio de sujeitos ativos que produzem e vivenciam todo o processo educativo.

Neste sentido, a escola analisa a própria prática pedagógica e suas conseqüências, estruturando suas ações de forma intencional e sistematizada para garantir um padrão de qualidade técnica e política para todos de maneira que respeite a diversidade e que entenda o aluno como sujeito concreto, real histórico, social e ético.

1.3 Função Social do Centro de Educação Infantil

Acredita-se que o Projeto Político Pedagógico propõe uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas econômicas e culturais da realidade brasileira e que considere os interesses e as motivações dos alunos, garantindo aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Para isto é necessária proposta curricular que pressupõe mudanças articuladas à compreensão da realidade para consolidar os princípios orientadores de uma sociedade justa e democrática.

As relações que se estabelecem na sociedade a fim de organizar o seu modo de vida constituem a realidade na qual o indivíduo se insere, cujo processo de relações sociais, precisa ser explicitado para compreensão do real.

A escola é responsável pela apropriação do conhecimento, formando atitudes e capacidades que devem atingir os planos intelectuais, morais e sociais do indivíduo, em novas posturas, novas formas de agir e de decidir no decurso de sua vida. Assim, os conteúdos considerados formais ao se integralizarem às experiências dos alunos numa proposta unitária, inspirados em grandes eixos temáticos que assegurem a finalidade e qualidade do ensino, possibilitam a formação do indivíduo para o pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Assim, a estrutura organizacional pode ser adaptada para crianças com necessidades educacionais especiais, prevendo condições educativas e de instalações físicas necessárias.

Nesta estrutura organizacional são as estruturas administrativas e pedagógicas, a primeira responsável pela locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros, elementos como edifício escolar e a Segunda pelos equipamentos, materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, além de juntas responderem pela seleção de cores, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica)

Neste sentido, com a inclusão de crianças com necessidades especiais nestes estabelecimentos deverão ser adaptados às normas de acessibilidade pela lei vigente, e conforme as necessidades de segurança das crianças

As estruturas pedagógicas organizam as funções educativas, o trabalho pedagógico, às questões de ensino-aprendizagem relativas ao currículo. Para isso a escola tem que romper com a atual forma de organização burocrática que regula o trabalho pedagógico, buscando uma nova forma de organização que atenda as necessidades dos envolvidos.

Desta forma, o currículo adaptado às necessidades dos alunos, exige profissionais de educação com capacidade de leitura e discussão profunda a respeito dos questionamentos, reflexões necessários a essa prática educativa.

VEIGA (1995,p.26) refere-se ao currículo afirmando que:

O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem um mesmo objeto e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; o currículo refere-se a organização do conhecimento escolar. A produção, transmissão e assimilação dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar.

A respeito disso pode-se dizer que: o currículo não é neutro pois passa a ideologia da escola, expressa uma cultura e deve passar por análise, reflexão do processo de produção de conhecimento. Ele é indissociável do contexto social e deve ser decidido pela família, comunidade e equipe escolar atendendo aos interesses dos alunos.

O currículo integrado visa reduzir o isolamento entre as diferentes disciplinas curriculares, procurando agrupá-las num todo mais amplo, no sentido emancipatório do sujeito.

Assim, o currículo adaptado às crianças com necessidades educacionais especiais cria condições para que participem de todas as atividades em sala de aula e não fiquem passivos assistindo os outros. Exige-se pois, flexibilidade o quanto possível, modificações para atender às necessidades das crianças.

A seleção de conhecimento pressupõe uma organização de conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às necessidades sociais em termos de conteúdos indissociáveis da prática social.

Segundo VEIGA (1995, p.58), “a seleção do conhecimento escolar não é um ato neutro. O currículo é resultado de conflitos e contradições, porque é culturalmente determinado, historicamente situado e não pode ser desvinculado da totalidade social.”

A abordagem da autora é relevante à medida que o currículo resulta também de atividades teórico – práticas sistematizadas e refletidas, possibilitando consistência num trabalho integrado e interdisciplinar. Se o currículo não é neutro, muito menos a avaliação é neutra.

É um dos itens mais importantes do projeto. Trata-se da decisão sobre o que os alunos irão aprender e é fundamental que as famílias sejam informadas em reuniões pedagógicas, sobre o processo educativo.

A organização do tempo escolar é flexível e deve ser bem aproveitado para superar fragmentações do trabalho escolar.

Assim o processo de decisão enquanto responsabilidade e construção coletiva dos envolvidos nas relações do trabalho na escola fundamenta-se em atitudes de solidariedade, de reciprocidade e participação abrindo espaços à reflexão coletiva que favoreça o diálogo e a comunicação horizontal em termos de descentralização do poder. A compreensão é fundamental nas relações de trabalho pois as informações de como aperfeiçoar o trabalho incorpora as críticas e comentários dos colegas, no sentido de agregar novas formas de aperfeiçoamento e manter o respeito ao trabalho do outro, mas ajudando-o a melhorar.

Nesta perspectiva de avaliação institucional, a responsabilidade do educador refere-se à percepção do que a criança já aprendeu e do que ainda precisa aprender.

VEIGA (1995,p.32) considera que: “a avaliação deve ser democrática deve favorecer o desenvolvimento do aluno e sua capacidade de apropriar-se de conhecimentos científicos , sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica”.

Sobre isso vale lembrar que a avaliação só é democrática se for um acompanhamento das conquistas e dificuldades dos alunos. Neste sentido, será diagnóstica, sistemática, contínua, cumulativa, construtiva, permanente e formativa.

A avaliação exige a compreensão do processo educativo, enquanto reflexão sobre as condições de aprendizagem mais favoráveis especialmente os alunos que apresentam dificuldades.

A avaliação fornece dados e informações sobre o processo pedagógico que permite decidir sobre as intervenções e redirecionamentos necessários em face do projeto educativo definido comprometido com construção e produção do saber.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9493/96 estabelece na seção II referente à Educação Infantil, Artigo 31 que: "...A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Nesta perspectiva a avaliação é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e sobre ajustes de sua prática às necessidades apresentadas pelas crianças explicitando as adaptações, estratégias e metodologias indispensáveis à inclusão.

Desse modo, acrescenta-se que no processo de inclusão deve –se avaliar o caminho que a criança com necessidades especiais já percorreu desde os mínimos progressos para perceber o que já foi feito e o que ainda é necessário.

Deve –se valorizar as diferenças e não fazer comparações. O importante é ver o quanto a criança progrediu, assim o erro não é um princípio punitivo e sim um princípio de aprendizagem.

Não se deve dizer para a criança que está errado, mas levantar possibilidades para chegar ao pensamento certo ajudando-a a pensar através de questões que auxiliem a criança a perceber o caminho percorrido, como também a compreender que existem outras formas de pensar a mesma questão, porque o aluno que acerta não aparece como brilhante e, nem o aluno que erra se sente humilhado, não existindo medalhas, nem vaias.

Neste sentido, a inclusão implica o conceito de gestão.

O professor é um gestor que gesta pessoas, valoriza as diferenças, diferente do conceito de administrador que gesta apenas recursos financeiros.

Um dos princípios da inclusão é de que os alunos precisam desenvolver sentido sobre a sua existência, pois o auto conhecimento pressupõe cuidar do

corpo, em termos de respiração, oxigenação do cérebro, beber água, alimentar-se e realizar atividades de higiene .

A avaliação inclusiva deve ser tolerante, acolhedora e não competitiva. Não querer que as pessoas sejam como a gente quer. Deve identificar talentos e dificuldades, deixar que os alunos manifestem o que sabem fazer melhor. Para tanto pode utilizar dinâmicas em grupo, como por exemplo:

Escreva, conte, mostre

-3 coisas em que sou bom e posso ajudar para você ensinar ao colega

-Tempo para aprender com o colega 3 coisas em que tenho dificuldade

Pode ainda, utilizar a construção de painéis, cartazes, trabalhar a auto-estima, o intercâmbio de experiências, debater sobre o respeito ao pensamento dos colegas e aos limites do outro.

O professor não pode ser permissivo, mas deve ser acolhedor e chamar a atenção dos alunos com comportamentos inadequados, orientando-os.

Tolerar é permitir que a diferença de cada um se manifeste, não é permitir tudo, mas compreender que existem talento, dificuldades, necessidades e possibilidades.

O professor deve pensar adaptação para atividades em que a criança com necessidades especiais não pode fazer sozinha, oferecendo um tempo maior e utilizando dinâmicas de cooperação em que os colegas possam ajudá-lo.

VEIGA (1995,p.54) considera que: “o grande desafio da escola pública está em garantir um padrão de qualidade técnica e política para todos e que não apenas respeite a diversidade local, social e cultural, mas entenda que o aluno é o sujeito concreto, real, histórico, social e ético do processo educativo.”

Entende-se por aluno, um sujeito ativo no processo de construção e produção de conhecimentos. Construção que não se articula ao termo aprendizagem que está muito comprometido com as teorias de reforço, que têm forte conotação empirista.

Construção é entendida como um ciclo dialético em que o aluno reelabora, transforma, produz conhecimentos e não reproduz.

ROSSA (1999,p78) refere-se à construção de um projeto, afirmando que.:

“É necessário dedicar mais atenção ao antes e ao depois da elaboração do Projeto. Ao antes, procurando preparar adequadamente uma equipe, que pudesse animar um processo de planejamento e que fosse capaz de sensibilizar e motivar a comunidade educativa para a

necessidade e importância do projeto, como um dos caminhos privilegiados de inovação na escola. Ao depois, deslançando um processo de apropriação e compartilhamento do projeto em toda a comunidade educativa, a fim de que ela pudesse se comprometer com seu desdobramento, em projetos setoriais, pois são esses que garantem, ao projeto global, especificidade, criatividade, capilaridade e concretude, em todos os setores da escola.”

Assim, no que se refere a elaboração do projeto vale lembrar que é importante o antes, o durante e o depois além de saber que não deve exigir-se prazos curtos para que fique pronto, pois nesse caso a pressa realmente é inimiga da perfeição. A escolha da equipe e a continuidade para por em prática o que se previu é essencial. Em se tratando de inclusão, um paradigma anterior propunha uma visão assistencialista de educação compensatória e preparatória. Rompendo, então com esse pensamento surge uma visão integral do desenvolvimento na qual o aluno é considerado como pessoa autônoma, inserida num determinado contexto sócio, histórico e cultural.

Para FREIRE (1978, p.93) “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”.

A interação social é portanto, uma forma privilegiada de acesso à informação, de acesso ao objeto do conhecimento. A comunicação constrói principalmente quando ouvimos os alunos e seus pais o que faz a troca e melhoria da prática pedagógica.

Em sua análise VEIGA (1995,p.27) faz uma outra consideração muito importante:

Segundo VEIGA (1995,p.27) “O projeto político pedagógico concebido como práxis não vê a prática em um sentido utilitário, a prática é vista como produção de novos conhecimentos”.

Desta forma, teoria e prática são inseparáveis na construção do projeto. Alguns professores e até mesmo pedagogos acreditam que só com a teoria poderiam construir um projeto político pedagógico inclusivo, enganam-se, porque a prática é tão importante quanto a teoria , e, além disso a contribuição da família, dos alunos, dos funcionários , da equipe escolar como um todo, fará do projeto uma participação interativa na qual todos estarão envolvidos com objetivos intencionalizados.

1.4 O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil para a Educação de Crianças com Necessidades Especiais

“Contempla essa declaração a necessidade de implementação de uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidades específicas do aluno em diferentes contextos, com a adoção de estratégias pedagógicas diferenciadas que possam beneficiar a todos os alunos.”

(RCN,2000,p.4)

Há uma necessidade de profissionais como professor especializado em educação especial e educação infantil, psicólogo preferencialmente especializado em Psicologia Escolar aplicada à educação especial, fonoaudiólogo com especialização ou experiência em habilitação ou reabilitação de crianças com deficiências físicas, sensoriais e neuromotoras, equipe médica composta por pediatra ou neuropediatra, oftalmologista, otorrinolaringologista com especialização na área para compor o quadro de atendimento do processo educativo.

Exige-se também um compromisso efetivo no desenvolvimento de ações compartilhadas entre a área da saúde e educação, para tanto é preciso criar estratégias de parcerias entre as áreas de educação, saúde e assistência social voltados para o desenvolvimento das crianças.

Implica ainda em estratégias políticas viáveis para realização de cursos de formação continuada para os profissionais desta área, cabendo aos dirigentes dos órgãos públicos garantir a acessibilidade às instituições de educação infantil, eliminando as barreiras arquitetônicas e assegurando meios de transporte adequados.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil as Deficiências são: Deficiência Auditiva, Física/Motora, Mental e Visual. E entre as características do documento destacam-se os aspectos necessários à educação inclusiva:

Adequação: elaboração do currículo conforme a avaliação dos interesses, habilidades e necessidades das crianças.



Coerência: a organização interna é consistente com uma ordenação didática que facilita a compreensão de seu conteúdo curricular e sua relação com os componentes que a integram;

Flexibilidade: O conteúdo deve apresentar estrutura aberta, que permite a introdução de novos elementos e a modificação dos existentes.

Multiplicidade: Os referenciais devem gerar diferentes propostas pedagógicas atendendo as demandas e peculiaridades de cada região

Abrangência: destina ao atendimento educacional de toda criança independente da condição de seu desenvolvimento econômico, social, biológico e psicológico.

Deste modo, pode-se dizer que quanto mais aberto for o sistema de ensino, melhores condições de adaptação, flexibilização as metodologias e estratégias de ensino para assegurar o progresso às crianças com necessidades educacionais especiais, valorizando a diversidade entre as especiais e as "ditas normais".

Outros elementos constitutivos da organização do PPPI é:- A estrutura do espaço físico que garanta a acessibilidade segura para os portadores de necessidades especiais, além do atendimento ao aluno **como tratar o aluno**.

2 ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VIVÊNCIAS PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na perspectiva da concepção de Educação infantil, duas grandes linhas de ação são fundamentais: Educar e Cuidar.

Neste Centro de Educação Infantil propõe-se a construção de um processo educativo integrado da criança, ressaltando aspectos relevantes a respeito de Educar e Cuidar.

Do ponto de vista da legislação, “Educar” corresponde ao desenvolvimento do processo educativo da criança, do bebê, sua evolução, como por exemplo: linguagem, comunicação, metodologias para que o processo educativo ocorra. E “cuidar” corresponde ao atendimento das necessidades físicas como a alimentação, banho, troca de fraldas, banheiro, soninho, hábitos de higiene e saúde.

De acordo com Regine Sirota os debates e pesquisas da literatura Inglesa e Francesa consideram a criança como um ator pleno.

Para REGINE SIROTA (2001,p.18) “Criança não é mais considerada como algo maleável que a moral e a autoridade moldariam mas como um parceiro com o qual é preciso negociar. Um imperativo categórico: a criança deve se tornar ela mesma e possuir os meios para isso. A educação familiar deve permitir a eclosão do “eu” da criança, mesmo se coexistirem tensões entre a exigência de desenvolvimento e sucesso escolar”.

Desta forma, a criança tem autonomia e é considerada como ator no sentido pleno do seu processo de construção social, afetivo, cognitivo e educacional.

Por outro lado, a autora faz uma análise construtivista em que uma possibilidade metodológica e teórica seria fazer falar as crianças na faixa da escola primária e de aprender a maneira como elas produzem o sentido da linguagem.

A partir disso, observa-se que a idéia de infância distancia-se de um momento de imaturidade biológica e passa a ser uma variável relacionada com contexto social em que vive. Nesse caso, a questão de Educar e cuidar modifica-se em função da mudança de concepções de infância.

Se a criança não é mais um ser em construção, mas sim um parceiro, sujeito ativo, pode ser ouvida sim e suas considerações a respeito da sua forma de ver o real podem ser pertinentes.

Segundo SIROTA (2001, p.18):

“As crianças são ao mesmo tempo produtos e atores dos processos sociais, a criança é uma construção social e a infância é compreendida como uma construção social. Trata-se de inverter a proposição clássica, não de discutir sobre o que produzem a escola, a família ou Estado, mas de indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização...A criança se torna pois o centro da família e do sistema educativo e já não é mais “o aluno” encerrado numa instituição fechada”.

As afirmações de Sirota atêm-se ao fato de tomar a sério “o ofício de criança”. Essas proposições são bem atuais e indicam uma nova concepção de infância e de criança. Leva em consideração seus direitos humanos e sua proteção contra a violência. Desmonta a idéia da produção de seres humanos institucionalizados e recorre a articulação entre a emergência de uma socialização da infância com base na totalidade das ciências humanas e uma reflexão de filosofia política, além de uma investigação mais séria. Deste modo, surge novas concepções de criança e a questão da socialização da infância parece central para estabelecer um paralelo compreendendo a criança com autonomia, como pessoa com sentimentos e participação ativa.

Régine Sirota faz considerações a respeito de uma sociologia da infância que leve em consideração a criança como um todo e questiona: “...Qual o impacto das novas formas de vida familiar produzidas pelo divorcio, concubinação, nascimento fora do casamento e as recomposições familiares sobre a vida das crianças? E aí a infância é vista como travessia de situações qual é o impacto dessa evolução? em que medida a criança é produto? É produtor numa sociedade onde se acentuam individualização e incerteza? Como se constrói a cultura da infância?” (SIROTA, 2001, p.10).

Deste modo, embora o discurso da maioria das propostas pedagógicas envolva uma educação intencional com projeto definido para a educação infantil, parece ainda estar longe do ideal. No entanto a organização, a pesquisa, investimento nas políticas públicas podem alterar, melhorar e contribuir com esses eixos tão importantes que são o educar e o cuidar levando em consideração a criança e seu contexto, com direitos humanos, autonomia e participação ativa.

Para que o educar e o cuidar constituam o eixo organizador da educação infantil torna-se necessário uma qualificação profissional do corpo docente em termos de formação inicial e continuada dos professores.

ROSENBERG (1999,p.32) afirma que:

“A socialização de crianças pobres e negras para a subalternidade se inicia no berçário onde se encontram, de maneira geral as trabalhadoras de creche com nível educacional inferior e crianças vivenciando rotinas de espera: espera do banho, da comida, da troca de fraldas do brinquedo. O caminho que nos parece mais adequado neste momento para superara o intrincado jogo de subordinação de classe, raça, gênero e idade, que vem prejudicado crianças através da educação infantil, seria o da formação e qualificação da trabalhadora que lida diretamente com a criança. Educação formal com qualificação profissional poderia angariar maior dignidade a função , desempenhada por mulheres, de cuidar e educar crianças pequenas.”

Neste sentido, para superar estas desigualdades que se iniciam no berçário com atendimentos e forma de educar diferentes, falta uma proposta política de investimento prioritária na formação básica e profissional das educadoras infantis que oportunize um padrão de qualidade e a formação específica dos professores de educação infantil. De forma que a pré-escola não seja apenas uma passagem para professores que estão almejando outros cursos mas sim uma vontade consciente de compromisso e responsabilidade pelo ser humano. Pois Para Rosenberg (1999, p.33), Observou-se que os berçários para os pobres se resumem apenas no cuidado para que as crianças “sobrevivam” com alimentação e higiene. Já nos centros particulares os berçários são vistos como fontes de socialização e estimulação buscando um “educar” fundamentado e abrangente.” A medida em que houver um compromisso indispensável à formação da criança, e uma responsabilidade, seriedade, quanto ao projeto político pedagógico inclusivo em termos de elevação cultural, haverá também uma aproximação da proposta de inclusão.

2.1 A Proposta Pedagógica do Centro de Educação Infantil Vivências: Limites e Possibilidades

A intenção inicial

A Proposta pedagógica como item importante do Projeto Político Pedagógico, foi elaborada de acordo com orientações teóricas e legais para obter autorização de funcionamento do Centro de Educação Infantil. (Deliberação nº 3/99 do CEE do PR).

Para fundamentar teoricamente o trabalho realizado, buscou-se uma vasta bibliografia, pois o conhecimento referente à educação infantil, bem como a percepção e articulação das leis vigentes são indispensáveis, para que o profissional da área de educação possa conduzir com segurança o seu trabalho.

O diálogo entre os profissionais da escola também pressupõem trabalho de qualidade.

O objetivo principal da escola é assegurar o acesso ao saber historicamente elaborado, bem como, cuidar do ser humano, no que diz respeito a sua formação pessoal e necessidades básicas presentes na educação infantil de zero a seis anos.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, a expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos.

Atualmente os pais estão mais confiantes na escola como melhor espaço para cuidar de seus filhos nos primeiros anos de vida. Na maioria das vezes, procuram na escola uma instituição que forneça conhecimentos sistematicamente elaborados e qualidade de atendimento em termos de espaço físico adequado, materiais didáticos coerentes com a proposta educacional e compatíveis com a faixa etária das crianças, recursos humanos com formação específica e qualificada. E, principalmente na educação infantil, buscam um espaço em que a criança seja tratada com segurança e carinho.

Assim sendo, o Centro de Educação Infantil Vivências , possui um grande diferencial: além de possibilitar o acesso ao conhecimento e desenvolvimento globais da criança, existe uma disposição de toda a equipe envolvida em atender com carinho e cuidados constantes a todas as crianças. Entendendo que a criança, como todo ser humano, é um sujeito social que pertence a uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, expressa as características do meio social em que se desenvolve, a criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras crianças.

A criança constrói conhecimentos através da linguagem e a partir das interações que estabelecem com outras pessoas. A concepção de construção de conhecimentos pelas crianças em situações de interação social foi pesquisada, com diferentes enfoques e abordagens, por vários autores, especialmente por Jean Piaget, entre outros. Nas últimas décadas, esses conhecimentos que apresentam tanto convergências como divergências e têm influenciado o campo da educação, sob o nome de construtivismo reúnem-se as idéias que preconizam tanto a ação do sujeito, como o papel significativo da interação social no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

A eficiência da ação docente não depende só da consciência crítica sobre a realidade, mas também do instrumental teórico que o professor recebe durante o processo de sua formação e que não pode ser interrompida nunca. E é este instrumento teórico, fundamentado nos vários campos do conhecimento, que constituem a base do saber fazer pedagógico. Se for a criança quem constrói o seu conhecimento, esse conhecimento não se reduz somente à compreensão, valorização e apreensão do contexto situacional. concomitantemente, deve-se respeitar a lógica da criança na apreensão da realidade, deve-se conhecer o caminho que ela percorre na apropriação do objeto do conhecimento. A pré- escola pretende contribuir para que a alfabetização se torne mais prazerosa e agradável para as crianças, desenvolvendo o gosto pela leitura, o que exige um processo pedagógico repensado continuamente, com base em uma ação educativa transformadora.

Assim o projeto pedagógico do Centro Educacional Infantil Vivências pretende produzir uma nova articulação pedagógica em termos de organização do trabalho docente, formação de professores e de prática educativa, a partir de inovações, como a participação e o envolvimento de professores, da equipe pedagógica e administrativa, alunos e comunidade, em todas as etapas do processo, desde sua concepção, planejamento, execução e avaliação.

Nesta perspectiva a avaliação dos alunos é um processo contínuo, permanente, diagnóstico, construtivo, formativo e cumulativo, permitindo realizar as intervenções necessárias à transformação da prática educativa.

A avaliação enquanto vivência positiva, de forma apreciativa, enfatiza os progressos dos alunos, possibilita alternativas de soluções para as possíveis dificuldades em relação aos objetivos a serem atingidos.

Avaliação da proposta pedagógica pressupõe reuniões pedagógicas com participação coletiva, respeitando e discutindo os confrontos e a diversidade de opiniões, pois acredita-se que as diferentes opiniões do grupo são importantes para decidir o melhor conjunto de ações sobre o que deve ser.

2.2 Princípios Pedagógicos; a Indissociabilidade entre a dimensão Pedagógica e Política

Fundamenta-se na interação social que articula os conhecimentos e vivências das crianças em relação ao mundo dos adultos para possibilitar o desenvolvimento dos bebês.

O desenvolvimento dos bebês pressupõe capacidades bem desenvolvidas de discriminação visual, auditiva e sensorial, porque a comunicação do bebê se dá através de movimentos, sorrisos, olhares, gestos em respostas aos estímulos dos adultos e também de outros sons de música e de outros bebês.

Nesta perspectiva afirma Elkonin (1972, p.11) que “O contato emocional direto com o adulto representa a atividade dominante do bebê”.

Pode se afirmar que a primeira comunicação do bebê e contato emocional se dá através da amamentação quando sua necessidade primária é satisfeita e o bebê sorri.

Os contatos emocionais, que se baseiam sobretudo na sensibilidade recíproca, podem se transformar em verdadeiros diálogos afetivos. .

Sendo assim: o diálogo é a base da proposta educativa, pois os bebês precisam desenvolver-se num clima de confiança e carinho.

O diálogo com os pais é muito importante, pois além de compartilhar da educação das crianças trazem informações muito importantes que viabilizam a reflexão sobre a prática dos profissionais de forma constante proporcionando condições adequadas para promover o bem-estar da criança; seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, emocional, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo do conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Quando a criança se relaciona com adultos adapta-se bem, tende a se sentir confiante e segura, e logo vai querer explorar, conhecer, descobrir tudo que está ao seu redor. Conseqüentemente desenvolve ações manipulativas, sensório-motoras e de orientação. Em relação às descobertas do bebê Piaget afirma:

PIAGET (1971, p.127) “Logo que o bebê comanda o seu corpo, ele acredita que comanda o mundo: Assim, ao ver os bebês se divertirem com o movimento de seus pés, tem-se a impressão que experimentam a alegria de um deus que dirigisse à distância o movimento dos astros. Inversamente, quando o bebê se compraz com movimentos situados no mundo exterior, como o movimento das fitas de seu berço, ele deve sentir uma ligação imediata entre estes movimentos e o prazer que deles tem”.

Assim, a organização do ambiente pode ser pensada levando-se em conta a importância, para o bebê, explorar espaços dentro das interações com os adultos e com outros bebês de forma autônoma conhecer o ambiente a si próprio e os outros.

Deste modo, na sala de estimulação os bebês terão contato com móveis, brinquedos de espuma, como dado com as cores primárias, brinquedos que emitam sons, móveis, colchonetes, espaço para engatinhar e caminhar, bolas de plástico coloridas, brinquedos de borracha, centopéia de tecido para engatinhar dentro conhecendo os espaços, música suave entre outras.

Assim, aos cinco meses, por exemplo, a criança pode buscar regular a interação pelo olhar, aos sete meses com a entonação vocal; aos treze meses afastando-se ou aproximando-se engatinhando e mais tarde, andando e correndo, aos dois anos, além de usar todos estes recursos, ela também pode falar.

Em relação aos estímulos, poderão ser alternadas as atividades de brincadeiras e recreação com momentos de massagem no pezinho, na barriga, cantinhos, montagem de blocos e brinquedos, bem como, as condições para que aconteçam muitas interações entre as crianças.

A “interação entre as crianças” é uma constante entre os autores Lapierre, Freinet, Teberosky e Kamii que concordam que as relações sociais possuem importância fundamental para o desenvolvimento de inúmeros aspectos da personalidade infantil.

A sala de aula passa a ser um processo de experimentação, de comunicação, de produção coletiva de novos significados .

A linguagem neste processo é decisiva.

Momentos importantes como entrada e saída das crianças são baseados no diálogo com os pais e funcionários da escola que trocam informações sobre como está a criança, o que ela mais gosta, o seu desenvolvimento, entre outros aspectos.

Ao chegar na sala, é importante uma acolhida afetuosa e que a sala esteja preparada com brinquedos que atendam suas necessidades.

Cada sala possui cabides com os nomes das crianças para por as mochilas e objetos pessoais.

No caso dos bebês, as mães que amamentam podem dispor de sofá ou poltrona para isto, a qualquer hora.

Na saída, os bebês estarão prontos, em perfeita higiene, alimentados e com os registros sobre como foi o dia na agenda.

Os pais também podem comunicar avisos e remeter as receitas médicas pela agenda.

Além do diálogo, as agendas são uma fonte significativa de informações entre pais, professores e direção.

Entre as atividades lúdicas encontram-se também as práticas com a música, o teatro de fantoches, as festinhas a fantasia, os aniversários e os jogos.

2.3 Modificações na Proposta Pedagógica para torná-la inclusiva para crianças com necessidades educacionais especiais

No caso do centro Educacional Infantil Vivências, sua proposta pedagógica precisa realizar adaptações no que se refere à estrutura de pessoal, em termos de contratação de profissionais especializados e realizar modificações no texto original do projeto político pedagógico para torná-lo inclusivo.

O trabalho pedagógico desenvolvido no Centro Educacional Vivências apoia-se em perspectivas teóricas que explicam o desenvolvimento da criança, enfatizando as interações sociais e a gênese da construção e transformação de conhecimentos.

Pretende, pois, possibilitar a educação, o cuidado, a formação, a socialização e o desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos.

A partir desta perspectiva, definem-se prioridades educativas, tanto a sistematização de saberes universalmente consagrados, quanto a formação de um sujeito ativo tomando-se por referência os eixos propostos pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil que são: *identidade e autonomia, linguagem oral e escrita, movimento, música, artes visuais, matemática, natureza e sociedade*.

Neste sentido, pretende-se formar um indivíduo ativo que desenvolva a cidadania, a cooperação, a autonomia, a solidariedade, a criatividade, criticidade e que seja capaz de interagir no seu meio e transformá-lo.

Almeja-se um ser humano participativo, responsável, autônomo, comprometido, crítico e criativo, valorizando as vivências expressas nas diversidades culturais, como possibilidade de desenvolvimento e respeito a si e ao outro.

Entre os fundamentos epistemológicos considera-se necessário que o ser humano tenha uma compreensão e consciência de mundo já que a educação não é neutra, pois contém a possibilidade de transformação social.

Como fundamentos pedagógicos acredita-se no papel diálogo entre aos educandos e educadores como expressão de prática social.

O processo pedagógico realiza-se na interação aluno, professor, conhecimento e contexto social, tendo o professor como mediador dessa relação e o conhecimento como instrumento de compreensão da realidade.

Isto implica na atuação de um professor que interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento como especificidade da relação pedagógica, pois o professor e o aluno são sujeitos interativos do processo educativo.

O Centro Educacional Infantil Vivências cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de metodologias diversificadas, realizadas em situações de interação.

O C.E.I.V. oferece às crianças condições para aprender que ocorrem nas brincadeiras e aquelas atividades advindas de situações pedagógicas intencionais, ou seja aprendizagens orientadas por adultos. Para o Centro: educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e ao mesmo tempo assegurar acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento da construção de conhecimentos e potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. A alegria deve fazer parte da prática educativa decorrente do currículo escolar. O ato de cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

Cuidar é compreender, ajudar, responsabilizar-se, dar a mão para a criança andar e depois ensiná-la a caminhar sozinha. É estimular a sociabilização em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação de suas descobertas.

É possibilitar o relacionamento feliz em grupo, participando e construindo com as atividades pedagógicas, compreendendo a liberdade e as noções de limite e respeito com os colegas.

Cuidar é permitir o colo, mas ensinar a caminhar.

É oferecer condição de desenvolvimento global. Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos em termos de qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania estar fundadas nos seguintes princípios:

- a) o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
- b) o direito das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, interação social, ao pensamento, à ética e a estética;
- c) a socialização das crianças por meio de participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação ou comparações;
- d) o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e o desenvolvimento de sua identidade.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil propõe a construção da identidade e da autonomia no que diz respeito ao conhecimento. A identidade é um conceito do qual faz parte a idéia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança.

Quanto aos objetivos gerais da educação infantil, o Centro Educacional Infantil Vivências, segue os RCNEI:

- a) desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepções de suas limitações;
- b) descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- c) estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- d) estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- e) observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

- f) brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- g) utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.
- h) Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Além disso os objetivos gerais do Centro Vivências são:

- a) implementar um berçário de qualidade que atenda às solicitações de cuidados dos pais;
- b) promover o desenvolvimento infantil e contribuir com os conhecimentos historicamente e sistematicamente elaborados estimulando a construção de conhecimentos novos da criança de forma criativa, com autonomia, cooperação, solidariedade e valorização da diversidade;
- c) possibilitar as interações entre as crianças em ambiente emocional seguro e saudável;
- d) favorecer a ampliação do processo de construção dos conhecimentos em interação;
- e) desenvolver a expressão da criança através da música e artes;
- f) tomar a realidade como ponto de partida para o trabalho e estimular a sua transformação para um mundo melhor, mais humano e solidário;
- g) promover um ensino de qualidade com conteúdos e planejamentos completos e atualizados e professores competentes e dedicados;
- h) desenvolver raciocínio, criatividade, reflexão e senso crítico, capacitando o aluno para viver num mundo em constante mudança;
- i) construção de uma base sólida de conhecimentos para a continuidade dos estudos;
- j) formação de uma escala de valores, hábitos e atitudes para o exercício da cidadania;

- k) estimular o desenvolvimento social, aprimorando na capacidade de comunicação oral, escrita e plástica;
- l) proporcionar aulas dinâmicas, nas quais o educando constrói o conhecimento, através da pesquisa, descoberta e experiência e torna-se capaz de superar limites.
- m) proporcionar aulas especiais de Inglês, Informática, Música, Ballet, Judô, Vivências ecológicas, Artes, Filosofia de valores, Teatro, Natação, Massagem, Recreação, Horta e Jardinagem com educação ambiental;
- n) oferecer afeto, cuidado, atenção e amizade, pois a felicidade da criança deve fazer parte do nosso currículo.

2.3.1 O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Infantil Vivências: As Modificações Necessárias

Faz-se necessário a leitura do texto de legislação para adaptações na estrutura física do Centro de Educação Infantil para elaboração do projeto, especialmente a NBR 9050 ABNT Leis de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência.

A Portaria do MEC 16/79 2/12/1999 condiciona o reconhecimento de curso aos requisitos de acessibilidade, eliminação de barreiras nos locais públicos escolas e universidades, banheiros adaptados, rampas, elevador adequado, pista tátil, corrimãos, lixeiras, sinalizações de telefone público para evitar acidentes. “Entre os cerca de 16 milhões de deficientes físicos existentes no Brasil, muitos possuem dificuldades de locomoção, e utilizam muletas ou cadeiras de rodas. Para esses portadores de deficiência física o simples ato de sair de casa significa uma aventura.”(Jornal ARAZÃO, 01/10/2003 Santa Maria RS) Com freqüência, eles se deparam com escadas que os impedem de chegar ao local desejado. As adaptações não custam caro e são simples de serem feitas. Mesmo assim, ainda faltam muitas rampas de acesso-1,2 metro de largura, declive máximo de 12,5 graus e inclinação máxima de 8 graus, meios-fios rebaixados e ônibus adaptados.

Os corredores e portas dos estabelecimentos precisam ser mais largos, com um mínimo de 1,2 metro e 80cm, respectivamente, para facilitar a passagem de

cadeira de rodas. O banheiro necessita de barras verticais para apoio lateral, com 80 cm entre elas, a 70cm de altura do piso, medindo 80cm de comprimento. Também há necessidade de estacionamentos exclusivos com guarda para garantir a vaga.

Todos os projetos dirigidos a deficientes físicos devem seguir a NBR 9050, norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que padroniza as construções.

Na escola, é melhor que não existam escadas, ou que a escola possua rampas em todos os desníveis. A exemplo do piso, as rampas precisam ser antiderrapantes e não podem ser muito inclinadas.

Os móveis devem ter alturas menores do que o padrão, para facilitar o acesso aos objetos. Interruptores de luz e tomadas precisam estar ao alcance das mãos. Corredores e portas devem ter larguras maiores que 1,2 m e 80 cm. As maçanetas devem ser do tipo alavanca e os banheiros precisam das mesmas adaptações que os estabelecimentos comerciais ou públicos. Só que além das barras de apoio, é preciso adaptações também na ducha, sem esquecer também das barras laterais.

As cores das salas de aula devem ser claras para o ambiente mais alegre.

Nas paredes pode-se usar tinta lavável e pinturas especiais com cuidado para não sobrecarregar o visual. Os temas podem ser escolhidos pelas crianças. Pode-se usar a tinta para reter magnetos, ímãs o que produz efeito bastante interessante.

O berço deve ter grades e altura regulável, e existem camas do tipo casinha ou escorregador.

As estantes devem ser instaladas na altura das crianças fixadas com a máxima segurança. Precisa-se também de caixas plásticas com tampa para guardar materiais de higiene e outras para jogos educativos adaptados.

Pode-se criar uma sinalização para orientar as crianças sobre a localização de objetos, roupas e outros itens através de puxadores, por exemplo. Hoje existem no mercado modelos com desenhos de meias, camisas, números...

As cores também podem ser usadas na sinalização.

Os brinquedos devem ter um espaço especial na Brinquedoteca com oficinas de criação de jogos adaptados.

Pode-se reservar um pequeno espaço para a instalação de uma estante baixa para dispor instrumentos musicais, brinquedos sonoros, um aparelho de som e CDs.

Poderá ter almofadas e colchões com capa impermeável e lavável. As salas bem iluminadas com bastante luz solar. Os brinquedos não podem ser quebráveis nem oferecer riscos. Pode-se adaptar alguns móveis com rodinhas

Enfim o Projeto Pedagógico ou proposta pedagógica inclusiva constitui o núcleo do Projeto Político Pedagógico e refere-se a organização dos saberes necessários à emancipação social, política, cultural, econômica das camadas populares e inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Entre as modificações a serem realizadas, evidenciamos:

2.3.2 Explicitação do Perfil do Educador Especial

O educador, além de sua formação acadêmica específica deve demonstrar:

- responsabilidade, assiduidade, pontualidade, capacidade de organização, tanto no aspecto do planejamento, quanto da avaliação em suas várias dimensões

- redação adequada e vocabulário especializado que permitam agilização e clareza em seus registros.

- responsabilidade pela prestação de informações específicas do aluno e ou da família para toda equipe de trabalho.

- apresentar consciência dos direitos do outro e de suas ações sobre o grupo.

De acordo com DINÉIA URBANEK, coordenadora pedagógica da Escola Especial Ecumênica em Curitiba: "Faz-se necessário perceber o devido distanciamento que se deve ter no trabalho com a família e aluno. O profissional para trabalhar com pessoas com necessidades especiais precisa ter Maturidade Emocional". (DINÉIA URBANEK, assessoria.especial@bol.com.br), deve:

- manter o equilíbrio emocional frente às oscilações de conduta dos alunos.

- perceber seu limite emocional para retirar-se no momento em que não puder dar conta da situação colocando outro profissional para terminar a devida abordagem

- não invadir a individualidade do aluno e da família

- ser flexível diante das situações de emergências do cotidiano da escola contribuindo com atitudes concretas.

- saber escutar refletir antes de emitir um juízo

- demonstrar capacidade de adesão à equipe na solução de problemas
- ter capacidade de estar aberto a sugestões
- mostrar capacidade de estimular a criança para o crescimento de sua autonomia e independência
- estimular o educando a apresentar alternativas próprias para dar conta de suas necessidades, expectativas e aspirações
- fazer com que o aluno responsabilize pelos seus atos
- realizar observação minuciosa dos alunos a fim de detectar aspectos menos evidentes importantes para a percepção das dificuldades a serem trabalhadas
- apresentar clareza, adequação e fluência verbal em relação aos profissionais e aos alunos
- gerar clima favorável a aprendizagem
- trabalhar de acordo com o nível de compreensão dos alunos
- abordar e ou acolher diversos assuntos surgidos no grupo transformando-os em proposta de trabalho
- utilizar-se de formas criativas para compreensão do aluno de procedimentos básicos de conduta
- oferecer desafios, problemas que desenvolvam a imaginação e o raciocínio.
- realizar auto análise do seu papel profissional
- apresentar responsabilidade na prestação de informações específicas do aluno e ou família para toda equipe de trabalho.
- estimular a construção do pensamento e a produção do conhecimento.

2.3.3 Barreiras Administrativas

Estudos a fim de tomar decisões e coordenar processos referentes a mudanças na estruturação dos serviços na gestão e na prática pedagógica, em termos de:

- eliminar barreiras arquitetônicas e de comunicação
- prover instalações, equipamentos e mobiliário
- garantir sistema Braille e língua de sinais a quem se fizer necessário
- organizar atitudes pró-ativas das famílias, alunos, professores e da comunidade.

- superar obstáculos de preconceito e medo
- divulgar serviços e recursos educacionais existentes
- difundir experiências bem sucedidas de educação inclusiva
- eliminação de conteúdos secundários
- modificação e flexibilidade expressiva no planejamento e na ação docente
- adaptações significativas na avaliação que evitem cobrança de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas possibilidades.
- nas adaptações curriculares propor medidas preventivas que levem o aluno a aprender os conteúdos curriculares de maneira mais justa às suas condições individuais.
- buscar soluções para as necessidades específicas dos alunos
- impedir o fracasso do processo educativo
- favorecer a inclusão do aluno
- maximizar capacidades e potencialidades
- evitar centralização nas deficiências e limitações dos alunos
- as adaptações devem ser graduais e progressivas

2.3.4 Níveis de Adaptação Curricular

Avaliação

É preciso fazer uma avaliação para identificar as barreiras que dificultam o processo educativo dos alunos com necessidades especiais a qual deverá levar em consideração:

- as questões individuais do aluno
- as condições da prática docente
- não deve ter enfoque clínico, tradicional e classificatório
- a ênfase deve ser dada no desenvolvimento e na aprendizagem do aluno
- verificar a possibilidade de uma equipe multiprofissional para avaliar o aluno com necessidades especiais
- realizar uma avaliação dentro das áreas de desenvolvimento humano (motora, cognitiva, linguagem, sócio-emocional) e dos dados familiares considerando a experiência acadêmica

- fazer uma discussão com toda a equipe de avaliação para levantar as necessidades do aluno.
- a partir da avaliação e das observações feitas é que se legitima o serviço de apoio
- abrir uma pasta do aluno e promover o registro da avaliação e das medidas adaptativas
- fazer uma reunião com a família e se possível com o próprio aluno deixando-o cientes das medidas adaptativas.
- fazer diferentes práticas de avaliação e uso de instrumentos diversificados
- Registrar os resultados da avaliação e comunicação aos pais e aos alunos juntamente com as formas de recuperação

O currículo para criança especial deve ser:

Flexível - não obrigatoriamente de que todos alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento num determinado tempo. O planejamento deve levar em conta os alunos com necessidades educacionais especiais dos alunos e possibilitar um trabalho cooperativo, participativo com os colegas e com tempo maior.

2.3.5 Formas Adaptativas Simples para crianças com Necessidades Especiais

A organização de grupos, didática e espaço. A Organização diferenciada na sala de aula pode atender as necessidades específicas do aluno:

- priorização de unidade de conteúdos, seleção de objetivos, conteúdos, sequenciação, eliminação de conteúdos secundários.
- na avaliação, utilizar adaptação de técnicas e instrumentos.

Nos procedimentos didáticos e nas atividades:

- a) alteração nos método e nos conteúdo curriculares maior flexibilidade
- b) proporcionar trabalhos diversificados, atividades complementares para aprofundamento com tempo maior
- c) atividades alternativas em grupo que as crianças com necessidades especiais possam participar com recursos de apoio sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos..
- d) alteração do nível de complexidade das atividades
- e) eliminação de partes de seus componentes (simplificar um problema matemático,excluindo a necessidade de alguns cálculos por exemplo)

- f) explicar as tarefas passo a passo, orientar a solução de tarefas, oferecer apoio.
 - g) alteração na seleção e adaptação de materiais como o uso de máquinas Braille para o aluno cego, calculadoras científicas para o superdotado..
 - h) alterar o tempo previsto para realização de atividades aumentando o tempo quando necessário
 - i) atividades alternativas em grupo que as crianças com necessidades especiais possam participar com recursos de apoio sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos..
 - j) alteração do nível de complexidade das atividades
 - k) eliminação de partes de seus componentes (simplificar um problema matemático,excluindo a necessidade de alguns cálculos por exemplo)
 - l) explicar as tarefas passo a passo, orientar a solução de tarefas, oferecer apoio.
 - m) alteração na seleção e adaptação de materiais como o uso de máquinas Braille para o aluno cego, calculadoras científicas para o superdotado.
- alterar o tempo previsto para realização de atividades aumentando o tempo quando necessário

2.3.6 Formas Adaptativas mais Complexas Quando o Aluno tem Maior Dificuldade e Necessidade Especial Acentuada

Quando houver maior dificuldade de mobilidade ou outro impedimento médico:

- eliminação de alguns objetivos-quando extrapolam as condições do aluno para atingi-lo, temporária ou permanentemente
- introdução de objetivos específicos alternativos - não previstos para os demais alunos, mas que podem ser incluídos em substituição a outros que não podem ser alcançados
- conteúdos alternativos de acordo com as necessidades do aluno

Podem ser criadas classes especiais em caráter transitório

Os alunos que apresentarem N.E.E. Necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares podem ser atendidos em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou

privadas, atendimento esse complementado, quando necessário e de maneira articulada por serviços da área de saúde, trabalho e assistência social.

Cada escola tem autonomia para identificar a melhor forma de atender e oferecer alternativas de serviço em horários e dias alternados, salas de apoio, recursos, serviços diferenciados como alternativas e estabelecer relações profissionais com serviços especializados da comunidade.

CONCLUSÃO DA MONOGRAFIA

O projeto político pedagógico inclusivo não é só um instrumento de luta como também de chance de oportunizar meios de incluir, integrar e promover a educação de todos seres humanos . Sabendo que incluindo as crianças com necessidades educacionais especiais estaremos incluindo a nós mesmos, com uma concepção de educação transformadora e com sensibilidade, motivada pela organização do trabalho pedagógico, tão necessário, à conquista do o sonho de uma educação emancipatória e justa.

Uma educação emancipatória deve ser democrática quanto à gestão, porque no pressuposto da participação efetiva da comunidade escolar pretende-se o desenvolvimento coletivo da autonomia, com base em um currículo que permita a compreensão de mundo na perspectiva de transformação social.

É preciso não só romper com as barreiras arquitetônicas para incluir as crianças com necessidades educacionais especiais como também romper com o preconceito.

Um projeto de educação que se compromete com a solidariedade humana além de ser um espaço de apropriação de conhecimento, busca alternativas para cooperação, adaptação curricular, material escolar adaptado, transporte seguro, merenda escolar e bolsas de estudo. O sentido da vida é servir e a acessibilidade é fundamental. A educação inclusiva se pauta pela valorização e celebração de novas aprendizagens.

A inclusão tem com princípio que todas as crianças devem aprender juntas, independente de suas dificuldades.

O Marco de Acessibilidade às crianças com necessidades educacionais especiais à educação deve, no Projeto Político Pedagógico explicitar os fundamentos da educação especial em todas as suas modalidades.

Este estudo permitiu analisar a proposta pedagógica de um centro de educação infantil de caráter privado e estabelecer as modificações necessárias à constituição de um projeto de educação inclusiva para a educação infantil de crianças com necessidades educacionais especiais para berçário.

Restam ainda alguns desafios referentes a formulação de um perfil de educador para a educação infantil com as características necessárias para educação inclusiva especializada, como também o desenho arquitetônico desta escola, enfatizando também a necessidade de políticas que viabilizem tanto o acesso das crianças como a formação inicial e continuada de educadores.

Assim, é preciso definir um projeto político pedagógico inclusivo que estabeleça com extraordinária precisão o propósito imediato que lhe corresponde.

Em que pesem os avanços alcançados quanto ao aumento de número de matrículas de crianças especiais em escolas normais, as ações organizadas ainda não deram conta de organizar um projeto político pedagógico inclusivo que atenda às diversidades em que se pode verificar o fortalecimento do discurso e de propostas que revelam a intenção de garantir educação para todos.

Em se tratando de atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais busca-se o processo de desenvolvimento do indivíduo e seu reajuste à realidade social. Além disso a criação de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais. Caracterizam estas condições, por exemplo, a oferta de materiais, equipamentos específicos, a eliminação de barreiras arquitetônicas e de mobiliário, as de comunicação e sinalização e as de currículo, a metodologia adotada e a garantia de profissionais especializados com formação continuada em serviço.

Na educação inclusiva, as diferenças e as diversidades são uma vantagem que possibilita um saber próximo à dignidade e elevação cultural destas crianças.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, v. 1, 2R3.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Referencial Curricular do MEC, v. I e II, 1998/1999.

LIVRO DO CONGRESSO (Segundo congresso Internacional dos expoentes na educação).

PROJETO DE LEI N 10098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 Lei da Acessibilidade aos portadores de deficiência.

REVISTA DO PROFESSOR. Editora CPOEC, ano XIII, jan.-mar. 2002.

ROSENBERG, Fúlvia. **Expansão da educação Infantil e Processos de Exclusão**.

Cadernos de Pesquisa, julho 1999, n.107, Editora Autores Associados, pág.7 a 41

SAVIANI, D. **O Sentido da Pedagogia e o Papel do Pedagogo**. In: Revista da ANDE. São Paulo: Cortez, n.9 pág.27-28, 1985.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Roteiro para Processo de Autorização para Funcionamento da Instituição de Educação Infantil. Deliberação n. 3, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3 v. il.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CURITIBA. Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Curitiba para Creches em Araucária.

SEVERINO, Antônio Joaquim: **O Projeto Político Pedagógico: a Saída para Escola**. Revista da AEC Brasília, V.27, n 107 pág.91 a 81 abr/jun/1998.

SIROTA, Regine **Emergência de uma Sociologia da Infância: Evolução do Objeto e do Olhar**. Cadernos de Pesquisa, março 2001 n.112, Editora Autores Associados, pág.7 a 33 .

VASCONCELLOS, Celso S.: **Projeto Político Pedagógico O Planejamento como Instrumento de Transformação** .Julho de 2002

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico: Novas Trilhas para Escola.** In Veiga, I.P., e Fonseca, M. (orgs). **As dimensões do projeto político pedagógico.** Campinas,SP:Papirus, 20001, p.45-66.

VEIGA, ILMA Passos. **Projeto Político da Escola: Uma construção Coletiva.** Projeto Político pedagógico da Escola uma Construção Possível/ Ilma P.Veiga (org.) Campinas,SP: Papirus,1995,pág.11-35

VEIGA, ILMA Passos. **Perspectiva para uma reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico. Escola Espaço do Projeto Político/ Ilma P. A. Veiga (org.)** Campinas, SP: Papirus,1998. Pág.09-32.

VEIGA, ILMA Passos. **Projeto Político da escola: Continuidade ou transgressão para acertar?** In Castanho, Mel e Castanho S (orgs) O que há de novo na Educação Superior. Do Projeto pedagógico a Prática Transformadora. Campinas, SP: Papirus, 2000, pág.183-219.